

## Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico\*\*

Cerejeira, D. Manuel Gonçalves (nasceu em Lousado, Vila Nova de Famalicão, distrito e arquidiocese de Braga, à 1.30 de 29 de Novembro de 1888, onde foi baptizado no dia 3 de Dezembro do mesmo ano; morreu em Lisboa, pelas 5 horas de 1 de Agosto de 1977).

56.º bispo e 14.º patriarca de Lisboa. É a figura mais marcante da Igreja em Portugal no século xx devido à sua obra de reestruturação eclesial e de reforma das relações da Igreja com o Estado. O seu pontificado [festa de S. Vicente (22 de Janeiro) de 1929-dia de S. Pedro e S. Paulo (29 de Junho) de 1971], o mais longo da diocese lisboeta, tem o zénite na década de 40 e o nadir na segunda metade dos anos 60, uma época marcada pela interacção entre a crise da Igreja e a fase terminal do «Estado Novo».

Minhoto — no sentido da festa, do rito, do respeito, do inconformismo — e português — na acepção em que a nacionalidade determina o tempo e o modo de estar no mundo —, religioso das celebrações populares ou munificentes tanto como da vida mística, o cardeal Cerejeira foi uma personalidade fulgurante que marcou a sociedade portuguesa do seu tempo e suscitou reacções desencontradas, entre as quais não estava a indiferença.

A vida pública de Manuel Gonçalves Cerejeira divide-se em dois grandes períodos, de duração e significado desiguais: no primeiro, ele é um «intelectual de combate» (A. L. Sousa Franco, a 29 de Junho de 1971)<sup>1</sup>; no segundo, é bispo.

Nasceu em Lousado — localidade que, em tempos idos, tivera abade apresentado, sucessivamente, pelo papa, pelo arcebispo de Braga e pelo

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

\*\* Versão ligeiramente alterada de um artigo publicado no *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1999, suplemento, vol. vii.

São provenientes de entrevistas as frases entre aspas e seguidas de um nome entre parênteses (excepto se esse nome foi citado como autor de uma obra).

superior do convento beneditino de Santo Tirso —, numa família católica de lavradores minhotos, remediada que bastasse para o manter em estudos preparatórios e de humanidades no Seminário-Liceu de Guimarães (1899), no curso complementar de Letras no Liceu Alexandre Herculano (Porto, 1905) e, mais tarde, em Teologia, no Seminário Conciliar de Braga (1906-1909).

O menino Manuel Gonçalves Cerejeira sabe que o sacerdócio é a sua vocação: «Desde que me conheço, senti em mim o apelo do Senhor. Era uma voz íntima, doce, penetrante. Não é assim que fala o Espírito Santo no coração das crianças inocentes?» (Uma das raras confidências autobiográficas de Cerejeira no jubileu sacerdotal, a 18 de Novembro de 1961.)

Foi sempre um aluno brilhante e, por isso, seguindo o *cursus honorum* dominante no final do século XIX, entra na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra (1909). A vida eclesiástica, a de universitário e a de intelectual católico militante correrão estreitamente imbricadas até Março de 1928.

Estuda na Faculdade de Teologia entre 1909 e 1911. Por ela se licencia, com a elevada nota de 18 valores (*accessit* relativo à primeira parte da cadeira de Teologia Dogmática, conferido pelo conselho da Faculdade, a 20 de Julho de 1911 e alvará passado pelo reitor da Universidade a 14 de Outubro de 1912).

Durante estes estudos recebe a primeira tonsura a 1 de Outubro de 1910 e os quatro graus das ordens menores no dia seguinte; é ordenado diácono a 17 de Dezembro de 1910 — escassos dois meses sobre o início da vaga de perseguições à Igreja — e presbítero a 1 de Abril de 1911, o dia seguinte à assinatura de uma carta do episcopado português ao ministro da Justiça, Afonso Costa, pela qual os bispos procuravam evitar que o Governo Provisório aprovasse o que viria a ser a lei da separação. Reza a missa nova na terra natal a 23.

Entretanto, escreve e prega. Aos 19 anos, em Janeiro de 1908, pela mão do Doutor Sousa Gomes, começara a colaborar no jornal católico *A Palavra*. Menos de quatro anos depois, o neopresbítero Cerejeira é escolhido pelos estudantes católicos de Coimbra para dizer a homília da festa da Imaculada Conceição em São João de Almedina (8 de Dezembro de 1911).

Em 12 de Fevereiro de 1912 começa a publicação do *Imparcial*, o semanário dos universitários católicos de Coimbra. O primeiro director é o P.<sup>o</sup> Cerejeira, militante do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), a organização dos universitários católicos da lusa Atenas. Manterá o cargo até Julho de 1914. Na Quaresma de 1912, o P.<sup>o</sup> Cerejeira é de novo distinguido. O bispo de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, convida-o a pregar na sé e, dado o desempenho, concede-lhe o privilégio de usar murça, um cabeção colorido que os cônegos usam por cima da sobrepeliz. Preparará os sermões quaresmais na sé nos dois anos seguintes.

O seu percurso universitário é recheado de incidentes. A Faculdade de Teologia, então já decaída e que a I República viria a extinguir, não lhe

satisfez as exigências espirituais e intelectuais. Extinta a Faculdade, matricula-se na de Direito. Também aqui não encontrou o que procurava.

Em 1912 inscreve-se na recém-criada Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é aluno de uma plêiade de mestres e colega de uma geração brilhante. Encontra a *alma mater* do seu percurso académico.

Durante a primeira fase dos estudos humanísticos, o P.<sup>e</sup> Cerejeira mantém uma activa militância. A 22 de Março de 1914, as autoridades tentam encerrar a igreja de São João de Almedina para a transformarem em museu. O clima é tenso. As forças católicas de Coimbra mobilizam-se. As ameaças de morte multiplicam-se. Andou então armado com uma pistola *Mauser*, emprestada por Pacheco de Amorim. Acabou por devolvê-la. «Embora não me sentisse com vocação para o martírio, menos ainda a sentia para herói», escreverá mais tarde.

O primeiro sinal do termo deste período activista é o abandono da direcção do *Imparcial* em Julho de 1914. Neste ano é editor e colaborador da *Lusitânia*, uma revista católica dirigida no Porto pelo Dr. Francisco Sousa Gomes Veloso. Prossegue então estudos brilhantes na Faculdade de Letras conimbricense. Em Outubro de 1916 licencia-se com 19 valores e nesse mesmo ano é nomeado docente, com a regência da cadeira de História Medieval, por decreto de 11 de Novembro (o respectivo diploma de funções públicas será assinado por Bernardino Machado e Joaquim Pedro Martins a 3 de Janeiro de 1917).

O símbolo do fim do militantismo estudantil vem quinze dias depois daquela nomeação: a direcção do CADC, presidida por Mário de Figueiredo, concede-lhe o diploma de sócio honorário (26 de Novembro de 1916).

O estudantado de Letras culmina no doutoramento, a 30 de Janeiro de 1918, com a mais elevada classificação possível. Terá eco a tese *O Renascimento em Portugal Clenardo com a tradução das suas principais cartas* (Imprensa da Universidade, Coimbra, 1917-1918, 2 vols.). Será a seguir nomeado arquivista-paleógrafo da Universidade de Coimbra (28 de Junho de 1918) e professor ordinário de Ciências Históricas (decreto de 5 de Novembro de 1919).

Só cessa a actividade docente quando é feito arcebispo de Mitilene. Dará a última lição, «A condição do cristão na construção histórica do mundo», em 1958, no dia do 70.<sup>o</sup> aniversário (cf. *Obras Pastorais*, daqui em diante designadas por *OP*, v, pp. 297 e segs.).

Doutorado, o P.<sup>e</sup> Cerejeira mantém no *Correio de Coimbra*, o semanário da diocese, a secção «Ao de leve» (1922-1928). Regressa ao CADC. Agora é o director espiritual de uma nova geração. As «Cartas aos novos», publicadas nos *Estudos*, a revista do CADC, entre Setembro de 1925 e Maio de 1928 (depois antologiadadas em livro), são o ícone do novo estatuto.

Escolheu o caminho universitário. Liga-se ao P.<sup>e</sup> Mateo Crawley, um sacerdote peruano, pregador afamado dos Sagrados Corações, trazido a Por-

tugal por D. Manuel Mendes da Conceição Santos, arcebispo de Évora e figura fulcral do Centro Católico, a organização de defesa política da Igreja. Participa nas actividades do Centro. Na quarta daquelas «Cartas» apelidará o Dr. António Lino Neto, o expoente do Centro, de «*alferes-mor* desta nova cruzada por Deus contra a moderna invasão do laicismo anticristão». Mas apenas assume responsabilidades locais, limitadas, e conserva-se distante. O seu coração está mais próximo da juventude universitária católica, que partilha então, hegemonicamente, as teorias de Charles Maurras e as do integralismo lusitano. O papa Pio XI, por decreto de 29 de Dezembro de 1926, condena e põe no *Index* os jornais da *Action française* e as obras do seu chefe. O gesto papal, muito firme, abala os jovens católicos coimbrões.

A acção do P.<sup>e</sup> Cerejeira nesta pendência exemplifica o seu estilo e a sua maneira de ser. Consagra ao assunto uma daquelas «Cartas», a nona. O exórdio resume-a: «Meus queridos amigos, quereis saber o que penso a respeito da recente condenação da *Action française* — que tanto tem perturbado a vossa consciência, pondo em conflito dois dos vossos amores: papa e... Maurras! Que penso? Dir-vos-ei, com o coração nas mãos — gotejasse ele muito embora gotas de sangue e de dor —, como em certa ocasião memorável Brunetière aos que o ouviam: *ide perguntá-lo a Roma!*»

Já tem mão-de-ferro com luva de veludo, já sabe privilegiar o contacto humano, seduzir, pela autenticidade da presença, para realizar os fins que se propôs. É fiel ao Santo Padre sem uma falha e é frontal, fideísta, provocante — mas abona-se em autoridade respeitada pelo seu auditório.

Este excesso de firmeza passa melhor do que a moderação e é envolto em fórmulas que transfiguram a frieza da objurgatória: a forma de tratamento é mais quente do que o habitual «caros amigos» ou «meus amigos»; atribui aos seus leitores uma imaginária identidade sentimental entre Pio XI e Maurras — o patrono efectivo dos cadcistas —, sugere uma paridade sua com o mentor da *Action française*, não fala *ex cathedra*, mas, sinceramente e como a contragosto, «com o coração nas mãos», ainda que só sangue no conjuntivo. Estas palavras criam uma comunidade de sentimentos que facilita a persuasão sem ferir.

Tem actividade quase exclusivamente universitária. Desenvolve uma clara estratégia intelectual: destruir o paradigma positivista, a base moral da I República e, sem se hipotecar à metodologia da *Action française*, prefere-lhe a lógica intuicionista e vitalista de Bergson. Executá-la-á com maestria, que lhe ganhará o reconhecimento dos crentes, e com diplomacia, que lhe granjeará a consideração dos livres-pensadores.

*Clenardo* é o primeiro passo da execução daquele programa. A natureza do tema revela os riscos que o P.<sup>e</sup> Cerejeira está disposto a correr: um humanista flamengo, pontífice do Renascimento português e vítima da Inquisição. A figura do biografado dar-lhe-á a ocasião de demonstrar inde-

pendência de espírito perante certas actuações temporais da Igreja. Permitir-lhe-á, do mesmo passo, começar o ajuste de contas com a visão anticlerical da história de Portugal.

Clenardo criticara certos usos portugueses: repugnância pelo trabalho, mania nobiliárquica, facilidade dos costumes. O pretexto serve ao jovem doutor para atacar as teorias da decadência de Portugal inspiradas em Antero de Quental, então em voga, e que, todas, privilegiavam a religião como factor explicativo.

A defender a Igreja, o Doutor Cerejeira surge-nos surpreendentemente maquiavélico e economicista: faltava ao Portugal quinhentista «uma classe dirigente que o guiasse para regime económico mais próspero e mais activo», afirma, apoiando-se em António Sérgio. «Cremos que o mecanismo da nossa decadência se não compreende bem, se o não filiar-mos nas condições sociais e económicas de Portugal da era de Quinhentos, embora se não possa deixar de reconhecer que a epopeia da Descoberta, Conquista e Ocupação de metade do mundo era obra superior às forças de Portugal», sustenta, em conclusão.

Contribui para o êxito imediato da obra o estilo literário, um português castiço, a um tempo dúctil e rigoroso, matizado e cheio de vigor, musical que baste para nos fazer ouvir o que estamos a ler, recorrendo ao exemplo que prende o coração apenas depois da síntese que fascina a inteligência. Cardeal, manterá estas qualidades de prosador que o papa Paulo VI destaca ao aceitar o seu pedido de resignação.

O marco miliário da cruzada intelectual do Doutor Cerejeira é a obra *A Igreja e o pensamento contemporâneo* (1924), a cujo título aporá, a partir da 2.<sup>a</sup> edição ampliada (1928), *I — O facto religioso*. É uma síntese, intelectualmente estimulante e literariamente rutilante, das novas teorias inspiradas na física quântica que passam a certidão de óbito ao determinismo. Sem determinismo não havia positivismo. Sem positivismo não havia fundamento intelectual para a I República.

Nascido espiritualmente na geração posterior à crise da herança moral de Renan — simbolizada pela tardia conversão de Littré ao cristianismo —, sente que pertence a uma geração vencedora, intelectual e moralmente: «Somos rapazes seguros das mais recentes conquistas do nosso tempo, erguemos para o céu, que um sopro de espiritualismo atravessou, a nossa alma em flor», escrevera, anos antes, no primeiro editorial para o *Imparcial*.

O grosso da obra é consagrado ao aspecto humano do fenómeno religioso. Os «novos convertidos ilustres» — Bourget, Huysmans, Coppée, Brunetière — são testemunhas da necessidade humana da religião. Livro de influência cultural francesa — como, aliás, toda a obra de Cerejeira —, traça um retrato mundial do avanço da religião.

As conversões de Gomes Leal, o poeta do *Anticristo*, de Guerra Junqueiro e do sindicalista Manuel Ribeiro, a aproximação ao catolicismo dos grandes

nomes da «geração de 70» são os contrapontos portugueses daquela mutação ideológica.

Último marco significativo desta campanha intelectual é *A Idade Média* (1936), eco das suas lições universitárias.

A formação intelectual de Cerejeira é decisivamente influenciada pela evolução do catolicismo em França desde o final do século XIX. Na adaptação da Igreja à sociedade laicizada europeia saída das revoluções francesa e industrial desenham-se duas correntes: acentua uma a dimensão social e política do cristianismo e dela virá a sair a democracia cristã; renova a outra a experiência pessoal da religião: os rituais majestosos, mas tantas vezes espiritualmente mortos, passam a exigir a experiência íntima da fé.

A vida e a obra de Santa Teresa do Menino Jesus e o Sagrado Coração de Jesus constituem pontos de referência decisivos nesta mutação da sensibilidade religiosa. O Apostolado da Oração e as congregações marianas são formas orgânicas convergentes com aquela devoção. É este último veio que informa Cerejeira, o qual se proporá um catolicismo exigente quanto à vida interior, mas sem dispensa da devoção nem do ritual. Privilegia um catolicismo experiencial, de remota origem agostiniana —aliás não confessada e raramente evocada—, e desvaloriza as modalidades de intervenção social da Igreja. Esta atitude levá-lo-á, mais tarde, a afastar formas de religiosidade muito estruturadas e procurando estabelecer uma ligação directa com o temporal (Nossa Senhora de Schoenstatt, *Opus Dei*).

Esta forma de ser católico vive paredes meias com a mística. Já vimos que descreveu a sua vocação sacerdotal em termos de um directo (e prece) chamamento divino. É sobre a «Mística portuguesa em êxtases de amor perante a Sagrada Eucaristia» a memória que apresenta ao I Congresso Eucarístico Nacional (Braga, 2 a 7 de Julho de 1924). Muito cedo é fascinado por S. Francisco de Assis. Místicos são muitos dos autores que cita na actividade pastoral. Não deixa de ter uma dimensão mística a evocação, feita por próximos, das suas «horas e horas de oração ao longo da noite, sem fechar olhos nem repousar a cabeça» (D. António de Castro Xavier Monteiro). O seu sucessor, D. António Ribeiro, no elogio fúnebre que dele fez, relevou o «particular relevo» das «tonalidades místicas», quer dos escritos, quer dos diálogos de Cerejeira, e sugere que esta dimensão se terá acentuado nos últimos anos de vida. É de inserir nesta vertente mística, desaperecebida dos coetâneos, a forma como encara o fim do seu governo da diocese de Lisboa. «Eu já sou passado. Cumpre-me morrer», afirma, chocando os que o ouvem.

A actividade militante de intelectual católico não lhe limitara a audiência nos meios republicanos. Cerejeira, monárquico de sentimento, acompanhara o Centro Católico que bastasse para não levantar a questão do regime. Afirmara que a separação da Igreja e do Estado era uma conquista da civilização,

o que terá soado como música celestial a muitos ouvidos da «Nova República Velha». Em Maio de 1927, num congresso para o avanço das ciências, em Cádiz, rejeita a tese do milagre de Ourique, uma vaca sagrada das correntes mais conservadoras do catolicismo português desde a polémica de Herculano com os bispos portugueses.

Este homem — adolescente, descrevera do futuro universitário que Sousa Gomes lhe profetizara, em 1909, por querer ser cura de almas; universitário brilhante, não acreditara, em 1928, na vantagem para a Igreja em fazê-lo prelado — é agora ordenado bispo. Resistira à nomeação e conseguira adiá-la por um ano: achava-se mais útil como universitário e só aceitara quando soube ser essa a «vontade do Papa».

Começa como auxiliar do cardeal-patriarca, o octogenário D. António Mendes Belo, com o título tradicional de arcebispo de Mitilene (nomeação a 23 de Março de 1928; sagração na Sé Nova de Coimbra a 17 de Junho de 1928). Entra na diocese a 20 de Agosto de 1928. Desembarca na estação do Rossio. A recepção é de tomo. O governo está representado. O cónego Martins Pontes lê-lhe a mensagem do clero da diocese de Lisboa, que então engloba os distritos de Santarém e Setúbal: «V. Ex.<sup>a</sup> é portador de um nome [...] que é uma glória para a Igreja, e lustre incontestável para as Letras Pátrias.» O *Novidades* caracteriza-o: «hierático, acolhedor», dotado de «simpatia cordial, arrebatadora». Cerejeira recorda que há dois anos recusara dignidade idêntica à que agora assume. O cardeal Belo diz-lhe para benzer os presentes e o recém-chegado, iniciando uma série de gestos espectaculares, ajoelha-se-lhe aos pés e pede-lhe a bênção.

A classe dirigente recebe-o bem. Imediatamente se destaca um apoio particular e que perdurará: o feminino. No dia seguinte, a 21 de Agosto, as dirigentes da Federação das Associações Católicas Femininas oferecem-lhe uma cruz de ouro cravejada de pedras preciosas (esmeraldas, segundo António Cabral; rubis, para Dornelas; diamantes, segundo Moreira das Neves). Cerejeira suspende-a imediatamente no cordão que traz ao peito, que fora o da mãe quando casara. Dornelas sublinha a simplicidade do gesto.

Ainda não fez 40 anos. É o mais jovem bispo de Portugal. Uma medida do prestígio de que então goza nos meios agnósticos está no facto de ter sido ele um dos três juízes escolhidos por António Sérgio na polémica sobre *O seiscentismo em Portugal*, de Manuel Múrias, para o julgar da acusação de ter enxovalhado a memória de António Sardinha (Junho de 1926).

É sempre aparatosa a acção do novo arcebispo de Mitilene. Um dos seus primeiros actos, a 16 de Setembro, é a visita à Penitenciária. O preso n.º 117 diz-lhe: «Estou arrependido.» Cerejeira perdoa o convertido «em nome de Deus». Quase todos rezam.

Pesa já muito no episcopado: é ele quem redige a pastoral colectiva sobre a «Consagração Nacional ao Coração de Jesus» (22 de Agosto de 1928, *OP*, I, pp. 175 e segs.).

A 27 de Abril de 1928, pouco mais de um mês depois de Cerejeira ter sido feito arcebispo de Mitilene — mas antes de vir para Lisboa —, António de Oliveira Salazar é nomeado ministro das Finanças da ditadura militar. Os dois homens são amigos de Coimbra, camaradas do CADC e da residência dos Grilos. Por esta amizade será, anos depois, vítima de ataques.

A posterior ascensão de Salazar será, assim, explicada pelo apoio clerical. De Cerejeira em particular. O grupo de Afonso Costa — derrotado, reduzido, mas activo — desenvolverá esta demonstração, cuja simplicidade fascinou crentes e livres-pensadores. A lógica ficará, porém, abalada quando o mesmo Cerejeira é, simultaneamente, apresentado como a criatura do ditador, em tudo lhe obedecendo.

Os documentos publicados são insuficientes para permitirem uma boa descrição das relações entre os dois homens. Foram insuficientemente tratados os que estão disponíveis. É certa a amizade entre eles. Salazar juntou em todos os seus aniversários natalícios com Cerejeira. Este dirá no crepúsculo da vida: «Éramos como que a consciência um do outro» (25 de Janeiro de 1972, Carlos Lima, *Caso do Bispo da Beira*).

É bispo auxiliar pouco mais de um ano. A Academia das Ciências convida-o para sócio correspondente (2 de Junho de 1929). A 5 Cerejeira recusa: «Amando tanto os livros, hoje só desejo estudar um, que é Cristo Crucificado.» É uma dupla ruptura: social, pois tanto Mendes Belo como Conceição Santos, o arcebispo de Évora, pertenciam àquele ilustre grémio; pessoal, pois o arcebispo rompe com o passado intelectual, que sacrifica ao de pastor (sacrifício que poderá contribuir para explicar o escasso relevo teológico da sua obra posterior). Noutra contexto, haveria de aceitar a Academia Brasileira de Letras (1964).

D. António Mendes Belo morre a 5 de Agosto de 1929. A eleição de Cerejeira para patriarca de Lisboa foi controversa. A Santa Sé tê-lo-ia nomeado em consequência de uma «conjura política» contra D. Manuel Mendes da Conceição Santos, o prelado eborense; por via da manobra, «um ministro de Estado fez *superiormente saber* que ele não era *persona grata* ao governo para o Patriarcado» (D. José da Cruz Moreira Pinto, na oração fúnebre pelo arcebispo de Évora). António de Oliveira Salazar, o companheiro coimbrão e à data ministro das Finanças, não estava *a priori* excluído da conspiração.

Cerejeira nunca confirmou nem negou aquelas manobras. Sentiu, sim, a necessidade de mencionar a circunstância para negar que nela tivesse sido parte. Em momento particularmente solene, *na hora da despedida*, quis referir-se ao assunto: «Para ser o vosso Patriarca, não fui sequer ouvido. O Vigário de Cristo escolheu por mim. A primeira informação, ainda antes da do Núncio de Sua Santidade, tive-a duma agência internacional de notícias.»

A muito provável intervenção do governo na nomeação era conhecida na altura. Não empanou o brilho da eleição. A promoção foi bem recebida.

O cabido da Sé de Lisboa elegera-o, por unanimidade, vigário capitular escassas seis horas depois da morte de Mendes Belo. Mas aquelas origens deram ao seu pontificado, desde o início, uma coloração política e, tendo por fundo a conhecida amizade coimbrã com Salazar, autenticaram psicologicamente repetidas incriminações posteriores.

A 7 de Agosto de 1929, Cerejeira convoca uma comissão de amigos de Mendes Belo. Integram-na os marqueses de Pombal, do Bonfim e do Lavradio, os condes de Alcáçovas, de Vila Flor, de Vinhó e Almedina, de Nova Goa, e o visconde de Santarém. O vigário capitular inicia, assim, o que virá a revelar-se uma duradoura colaboração com a nobreza católica.

Cerca de quatro meses depois, o papa Pio XI, no consistório secreto de 18 de Novembro de 1929, elege-o patriarca de Lisboa e, sem transição, cardeal da ordem dos presbíteros. O bispo lisboeta, que tem o título honorífico de patriarca, é feito cardeal no primeiro consistório posterior à sua nomeação, um privilégio obtido de Roma por D. João V. O brilho é agora maior devido à simultaneidade dos dois actos — a elevação ao patriarcado e ao cardinalato. É o mais jovem membro do Sacro Colégio. Acentua-se a mutação de vida iniciada com a elevação ao episcopado.

Recebe o barrete cardinalício em Roma a 18 de Dezembro de 1929; é-lhe entregue o chapéu vermelho de cardeal no consistório público de 19 de Dezembro de 1929; no dia seguinte, um telegrama de D. Manuel de Bragança, o último rei de Portugal, felicita o «chefe da Igreja em Portugal»; toma posse da igreja dos santos Marcelino e Pedro no dia de Natal; segue depois para o mosteiro beneditino de Subiaco, visita o Carmelo de Lisieux e a 14 de Janeiro está em peregrinação em Paray-le-Monial, onde se demora; assume o governo do patriarcado, por procuração, ao cônego Anaquim no dia de S. Vicente (22 de Janeiro) de 1930; chega a Lisboa incógnito, como aliás quisera, a 30 de Janeiro de 1930, evitando a habitual recepção na fronteira da diocese; pelas 15.30 horas de 2 de Fevereiro seguinte, o chefe de Estado, general Carmona, espera-o à porta da Sé de Lisboa, onde, de seguida, o novo cardeal será entronizado. O «escudo» que adopta inclui o «triângulo» da Santíssima Trindade «num pensamento de reparação pelo seu emprego maçónico».

A partir de então, por inerência do cargo e vontade própria, é o «chefe da Igreja portuguesa», fórmula nacionalista, pouco canónica, que os seus turiferários lhe aplicarão e ele não enjeará. O CADC usa-a desde o começo da década de 30. Com a formalização da Conferência Episcopal Portuguesa (16 de Julho de 1967), será o seu presidente até 10 de Julho de 1972, mais de um ano depois de ter resignado.

Assume o seu papel de «chefe» da Igreja. Usará como instrumentos principais deste poder a sua forte presença mediática, o domínio dos meios

de informação nacionais da Igreja — o diário *Novidades*, herdado do Centro Católico, e a Rádio Renascença —, o seu prestígio na cúria romana, a Acção Católica, o monopólio episcopal das relações com o «Estado Novo».

O programa de Cerejeira como patriarca tem por objectivo central refazer a Igreja dos estragos da «doirada sujeição do liberalismo» e da «separação jacobina do laicismo» (*Na Hora do Diálogo*, 1968). É um programa de restauração que se propõe *recristianizar* um Portugal por essência cristão. Distinguem-se dois eixos neste programa: um é o da reorganização da Igreja; o outro, o da estabilização das relações entre a Igreja e o Estado.

Naquele eixo eclesial avultará sempre a primazia concedida ao clero diocesano (então chamado secular e para o qual Cerejeira proporá, sem êxito nem falsa modéstia, o qualificativo *episcopal*); a organização do laicado; o renascimento e a generalização da espiritualidade; a ligação da Igreja com a sociedade, então designada por «Nação». Este programa, adaptado com o tempo, é executado dentro de um espírito providencialista: Deus intervém na história humana por meio de acontecimentos singulares.

O problema das relações da Igreja com o Estado, em termos europeus, é radicalmente alterado pela assinatura do Tratado de Latrão e pela resolução da «questão romana» (Fevereiro de 1929). Ficava assim resolvida, simbolicamente, a posição da Igreja na sociedade burguesa posterior à revolução francesa, mediante a formalização do reconhecimento recíproco, proposto por Leão XIII. A atitude da Santa Sé muda: o comunismo substituirá o liberalismo como o inimigo principal.

A partir de então, e até 1945, o Vaticano trocará o apoio a partidos seus pelo reconhecimento legal da existência da Igreja pelo Estado através de concordatas. Com matizes vários, é o que se passará na Itália, na Áustria, na Alemanha, em Portugal e em Espanha.

O cardeal Cerejeira é a aplicação desta nova orientação a Portugal. Ela traduzir-se-á, mais tarde, na desactivação política do Centro Católico (1933), aliás exigida por Salazar, e virá a culminar na aprovação da Concordata e do Acordo Missionário (assinados a 7 de Maio de 1940). O sacrifício do Centro Católico não deixou de ter repercussões estritamente eclesiais. A lógica profunda do Centro apontava para a convivência da Igreja com uma sociedade laicizada. Extingui-lo era favorecer um catolicismo de cristandade nos moldes herdados do Império Romano após a conversão de Constantino.

O patriarca toma este rumo. O clero é a sua primeira preocupação. Os estragos da I República tinham sido maiores no presbiterado lisboeta. Urgia repará-los. Logo no primeiro aniversário da sua eleição, a 18 de Novembro de 1930, Cerejeira inicia a série de recepções anuais ao clero diocesano, a qual poucas interrupções conhecerá, e que geralmente aproveitou para dar orientações.

Descreve o clero como um «mártir da fé [...] expoliado [...] sacrificado». Quer inverter a situação. As primeiras medidas serão teológicas: «Tendes parte conNosco na vida sacerdotal de Cristo» (maiúscula de conNosco no original). Insistiu desde então no reforço da espiritualidade do clero. Nesta linha, e na mesma ocasião, avança uma teoria que fará furor aquém e além-Pirenéus: «O padre regular fica pertencendo, como religioso a um estado de perfeição.» Contrariando a doutrina unânime da superioridade do estado de perfeição dos religiosos de vida consagrada (que fazem os três votos clássicos de pobreza, obediência e castidade), veio a ser muito criticado pela teoria que, aliás, nunca enjeitou (*OP*, 1, pp. 29 e segs.).

Não era apenas uma idiosincrasia pessoal. Era, sobretudo, dar confiança ao clero lisboeta — um dos que mais sofreram com a forma atrabiliária como fora aplicada a lei da separação. A autoconfiança do presbitério era um requisito para poder elevá-lo socialmente. Procurará, para tanto, cultivá-lo (fundação da revista *Lumen* e obrigatoriedade de os párocos a assinarem, Janeiro de 1937).

Nesta direcção irá também, e sempre por inspiração francesa, a tentativa de modificar a origem social do recrutamento do clero diocesano, refocando-a para grupos sociais de mais elevados recursos económicos, sociais e culturais. Será esta, em medida larga, mas não exclusiva, a problemática das «vocações tardias». Que estará próxima do centro do conflito que o opõe à Companhia de Jesus.

Aquela prioridade levá-lo-á a desenvolver os seminários e a obra das vocações sacerdotais. No Seminário de Santarém promoveu a construção de nova casa; inaugurou o de Cristo-Rei, nos Olivais (1 de Novembro de 1931); abriu o de S. Paulo, em Almada, para o curso médio (20 de Outubro de 1935); restaurou todo o edifício escalabitano, onde ficaram a funcionar os três primeiros anos de preparatórios (1943).

Vai no mesmo sentido a erecção canónica da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima, destinadas ao serviço de apoio à pastoral (Outubro de 1939).

O Seminário dos Olivais é a menina dos seus olhos. Valoriza-o eclesialmente e sublinha a orientação pastoral. A modernidade das instalações e dos métodos suscitou reacções negativas de boa parte da Igreja. Acompanha-o de muito perto.

Durante a segunda guerra mundial, os seminaristas alimentam-se mal, devido à escassez de abastecimentos. Um dia comem os ovos das galinhas do seminário. Ingerem-nos crus. Cerejeira soube, reuniu a comunidade e disse: «Ladrões! Estais a roubar a Santa Madre Igreja! Roubais os pobres. Isso só prova a vossa baixa extracção social.» E, num repente, recompondo-se: «Mas Nosso Senhor Jesus Cristo também foi operário. Eu peço perdão.»

Serão precisos muitos anos para que alguém o ouça de novo pedir perdão publicamente.

Estabeleceu laços pessoais com os seus padres, em especial com os que ordenara; tratava por tu um grande número deles; a todos e a cada um marcou forte e pessoalmente. Consagrava a recebê-los a tarde de quarta-feira. Só para o fim da vida delegou esta tarefa nos bispos auxiliares. Estimulou um escol de padres a fazerem-lhe votos pessoais (mas escritos) de pobreza, obediência e castidade, sempre na lógica de elevar o clero diocesano ao estatuto teológico do regular. Paternalistas, ao estilo dominante da Igreja pré-conciliar, as relações com o presbitério eram marcadas pela autoridade: a um que mandou estudar para a Universidade Gregoriana esclareceu-o sobre os fundamentos da decisão: «Porque me tinhas dito que querias ir para o Barreiro por ser um meio operário.» Veio a ter grande alegria quando ordenou o primeiro bispo ao qual tinha ministrado as restantes ordens (D. António dos Reis Rodrigues, 8 de Janeiro de 1967).

A prioridade dada ao clero concretiza a eclesiologia do cardeal Cerejeira, herdada dos Concílios de Trento e Vaticano I, centrada na figura do vigário de Cristo, assente na armadura episcopal, servida pela rede sacerdotal, dinamizada pela devoção individual, organizada pela disciplina social. A esta concepção, dominante antes do Concílio Vaticano II, acrescenta a lateralização axiológica do clero regular, a frescura, vinda da religião concebida como experiência pessoal de Deus, uma exigência de santidade raras vezes emulada e frequentemente sobre-humana, a recusa de qualquer intervenção sistemática da Igreja no temporal, de par com o apoio explícito, ostensivo, insistente, à autoridade legítima.

A sua eclesiologia tradicional não o impede de ser o precursor de um novo papel dos leigos em Portugal. A mais brilhante realização neste campo será a Acção Católica Portuguesa (ACP), de quem foi fundador (1933) e, por delegação do episcopado, director nacional. A ACP ultrapassará os 100 000 sócios em 1956. Contribuiu decisivamente para criar um laicado moderno, operando a «restauração da vida da Igreja *na sua periferia*» (itálico nosso, reunião anual dos assistentes da ACP, 1944). Iam no sentido da organização dos leigos as directivas de Pio XI (continuado por Pio XII) e as ideias próprias de Cerejeira. Para ele, Portugal é, «religiosamente, um país invertebrado» (id., 1944), no qual «há infelizmente muitos católicos — [...] talvez a maior parte — que não vivem catolicamente» (discurso ao clero, Novembro de 1938, *OP*, II, pp. 161 e segs.).

A ACP será chamada a desempenhar o duplo papel de promotora da espiritualidade dos católicos — generalização dos retiros espirituais, leituras devotas, reza do terço, revigoramento da prática sacramental, mas escassa leitura da Bíblia — e de «exército de Deus», empenhado na recristianização de Portugal. A «nova cruzada» de reconquista cristã do país é concebida

como uma exigente reelaboração da fé, mas requer uma articulação com o Estado — que, emendando-se do pecado laicista, passará a colaborar com a Igreja na escola, no hospital, na prisão, no quartel, na vida pública. A «cruzada» assenta na articulação directa entre a nação e a Providência por mediação eclesial. É, aliás, por aqui que começa, mais exactamente pela «Consação Nacional ao Coração de Jesus» [festa do Cristo-Rei (25 de Outubro) de 1928].

De permeio está Fátima. De início reservado em relação às aparições, como ele próprio revelou, o patriarca apoiá-las-á, pelo menos desde o 13 de Maio de 1933. Em 13 de Maio de 1936 acompanha o episcopado no voto de voltar a Fátima se a Virgem poupasse Portugal à guerra civil de Espanha. O voto é solenemente cumprido, precisamente dois anos depois, com a consagração de Portugal ao Imaculado Coração de Maria. A 20 de Abril de 1940, a hierarquia, reunida em Fátima, faz nova promessa: construir um monumento na capital se «o povo português fosse poupado aos horrores da guerra que ensangrenta a Europa» e se o Estado lhe reconhecesse um sólido estatuto jurídico (o qual, no mês seguinte, virá a ser assinado: era a Concordata).

Fátima passa a estar no cerne da recristianização de Portugal. Para o patriarca, a Acção Católica organiza as elites, Fátima reaviva a fé do povo. Desempenha função auxiliar daquela missão o apoio às formas de religião popular: sobrenaturalização das pombas que acompanham a imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima (mensagem de Natal de 1946, *OP*, III, pp. 223 e segs.), restauração de procissões em Lisboa (é o segundo patriarca em 358 anos a integrar-se na de Nossa Senhora da Saúde, a 23 de Abril de 1950), apoio à beatificação do P.<sup>e</sup> Cruz (participação na sessão comemorativa do centenário do nascimento, a 5 de Novembro de 1959).

O patriarca é então um modernizador: terá sido o primeiro cardeal a desembarcar de avião na Cidade Eterna (Julho de 1938). Até ao Concílio Vaticano II será um renovador da Igreja em Portugal, o que, aliás, lhe causará alguns amargos de boca nos meios mais tradicionalistas: é o primeiro prelado português que, sem estar velho nem doente, pede ao papa bispos auxiliares (vieram a ser numerosos, originando, assim, directamente, boa parte dos bispos portugueses); utiliza metodicamente os novos meios de comunicação social (a Emissora Nacional, a partir da respectiva fundação, para difundir as palestras e mensagens de Natal); emprega estas novas técnicas na acção da Igreja (apoio à criação da Rádio Renascença), moderniza as visitas pastorais — muito intensificadas, aliás —; renova a liturgia (a partir do Seminário dos Olivais, sobretudo); actualiza e requalifica a arte religiosa (sinalizada pela inauguração da igreja de Nossa Senhora de Fátima a 13 de Maio de 1938). Mais tarde, na década de 50, utilizará a televisão logo que ela começou em Portugal. As viagens a comunidades portuguesas

no Brasil (1934 e 1946) e na Califórnia (1936) e à África portuguesa (legado apostólico para a sagração da catedral da então Lourenço Marques, 1944) contribuem para o prestígio de Cerejeira. O padre de Braga e universitário coimbrão transferiu para Lisboa o centro activo e intelectual do catolicismo português.

O cardeal Cerejeira prepara, desde 1942, o pós-segunda guerra mundial. O seu prestígio caminha para o apogeu. Num panorama europeu dominado pelos totalitarismos aparece como um homem tolerante. Mantinha-se a imagem que, anos antes, no momento da institucionalização do «Estado Novo», a 17 de Maio de 1933, levava uma comissão de senhoras das famílias de presos a pedir-lhe uma intercessão a favor de um indulto em 28 de Maio (o patriarca prometeu-lhes, publicamente, que o transmitiria a Carmona). Em 1937, senhoras de família dos oficiais atingidos pela reforma do exército pedem-lhe para interceder junto de Salazar, o que fará.

Perfaz 57 anos em 1945. Neste ano começa a ser publicada a sua «biografia monumental», da autoria de Moreira das Neves, outro minhoto, padre e poeta. Cerejeira obteve «não só o respeito de todos os católicos, mas o consenso unânime de todos os portugueses», salienta, pouco exagerando, a insuspeita *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* na biografia daquele seu colaborador (vol. VI, publicado por esta altura).

A campanha eleitoral de Outubro de 1945 marca o começo da alteração da imagem de Cerejeira. De princípio não intervém. Surgem os primeiros ataques públicos contra ele. Tomam por tema as suas relações com o «Estado Novo». Rocha Martins, um jornalista monárquico constitucionalista que apoiava o Movimento de Unidade Democrática (MUD), aconselha-lo-á a não amarrar a «barca de Cristo à barca de César» e acusá-lo-á de ter enriquecido com as lembranças que trouxera da recente visita à África portuguesa (*República*, 11 de Novembro de 1945). A reacção católica é de indignação. O tema passa despercebido na campanha.

No Verão de 1945, a Secretaria de Estado do Vaticano procedia à reavaliação da atitude face ao «Estado Novo». Só tarde decide manter o apoio. O papa Pio XII é explícito, recebendo com alarde, em plena campanha eleitoral, o embaixador português, Carneiro Pacheco, que vai entregar-lhe um autógrafo de Salazar, retribuindo o que o Santo Padre lhe remetera (25 de Outubro de 1945).

Cerejeira interveio depois do papa e foi mais reservado. Só a 8 de Novembro de 1945, escassos dias antes do acto eleitoral e depois do descoroamento político do MUD, o *Novidades* publica a tomada de posição que é também a da Igreja em Portugal: «Afirma o Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa: na consulta feita ao País, a Igreja não tem que responder. Quem tem que responder são os católicos. 'A abstenção política dos católicos priva a sociedade dos tesouros de luz e caridade que a consciência cristã possui.'»

O providencialismo foi metido no *Kelvinator*. A Igreja não dá orientação de voto, dá apenas orientação para votar.

O patriarca continua a querer manter a visibilidade da independência da Igreja. Mais. Certamente desconfiado da capacidade de sobrevivência do «Estado Novo» depois da vitória das democracias, encarregou o P.<sup>e</sup> Abel Varzim de sondar vários políticos do regime sobre a formação de um partido democrata-cristão que substituísse o «Estado Novo» (António Alçada Baptista). Os interesses da Igreja estavam, para ele, acima dos de Salazar e do regime. A situação mudará até ao final da década. A situação consolida-se. Vem a «guerra fria» que mais o reforça. Na campanha de Norton de Matos, a oposição reabre a questão religiosa, um anacronismo político que rejuvenesce o apoio político dos católicos ao regime (Janeiro e Fevereiro de 1949).

A 9 Janeiro de 1949, o *República* publica um artigo de Tomás da Fonseca, um velho especialista da guerrilha anticlerical, no qual, entre outros mimos, trata a Virgem de Fátima por «a tal Santa, vestida de seda e oiro, ciranda hoje como verdadeira soberana de Portugal, aquém e além-mar». No dia seguinte, num comício de Norton na Voz do Operário, Maria Palmira Tito de Morais evocou os três K com que o nazismo definia a posição social da mulher (*Kirche, Kuche, Kinder* — igreja, cozinha, crianças) e, sem solução de continuidade, explicitou, para o caso português: «Arregimentam-se as mulheres para a igreja mas não se lhes permite que compreendam a Religião — qualquer de nós bem sabe que a grande maioria das mulheres que se diz religiosa ignora o significado das práticas mais elementares da religião que profere (*sic*). Alimentam-se de superstição e de ignorância.» Sempre segundo o *República* de 12, foi «vibrantemente aplaudida». Estas duas declarações, contaminando-se uma à outra, geram uma tempestade. A mobilização católica é muito forte, destacando-se a das mulheres, as quais, pelas primeira vez, irrompem na política portuguesa. A União Nacional aproveita ao máximo — mas sempre por trás do reposteiro — o engano oposicionista.

O patriarca não intervém. Durante o período eleitoral apenas fala para verberar a condenação do cardeal Mindszenty pelos comunistas na Hungria. Não necessita: o laicado, a sua obra, age.

Morto Carmona, em 1951, aquele erro oposicionista precipitará um interessado desenvolvimento da colaboração política entre o Estado e a Igreja.

Cerejeira mantém no pós-guerra as linhas mestras da lógica pastoral que aplicara nos anos 30. Introduce apenas alguns afinamentos. Incentiva a construção de novas igrejas em Lisboa, pois a rede de templos caducara com o crescimento da cidade. As perseguições à «Igreja do silêncio» nos países da «cortina de ferro» motivam-lhe — em paralelo com outras igrejas do Ocidente — diversas acções, a mais marcante das quais será a presidência da peregrinação a Fátima, organizada pelo episcopado, em intenção da Igreja na Hungria (18 de Novembro de 1956).

Falando aos jocistas em 1935, Cerejeira apresentara-se: «moi, prince de l'Église». Afonso de Dornelas, um dos primeiros panegiristas, ainda não lhe dá este epíteto em 1930. «Um alto príncipe da Igreja» é o título que António Cabral, o escritor e político monárquico, dá à sua biografia (1941). Na véspera da eleição do papa João XXIII continua a considerar que todos os cardeais são «príncipes da Igreja», mantendo o que, antes da segunda guerra mundial, era ainda um lugar-comum tridentino (*Novidades*, 14 de Novembro de 1958).

O título corresponde a um estilo — que dá a mão ao paternalismo — e permeia toda a actividade do patriarca. Integram-no o lugar primacial no protocolo do Estado, a pompa litúrgica, o convívio público com os grandes deste mundo, a organização do paço episcopal — as recepções de ano novo, por exemplo —, a distância social mantida face aos dirigentes das associações católicas.

Vai nesta direcção a ênfase na designação de patriarcado — uma honra adquirida por D. João V para Lisboa, fazendo-a comungar com Jerusalém, distinguindo-a das restantes dioceses portuguesas — e de patriarca, acentuando a dimensão lisboeta, portuguesa, nacional, não romana do bispo de Lisboa.

O clímax ocorre nos anos 50, coincidindo com o mandato presidencial do então general Craveiro Lopes (1951-1958). Os exemplos principescos abundam no sentido figurado, mas também no literal. A 3 de Outubro de 1950, o cardeal Cerejeira, legado pontifício às comemorações do quarto centenário da morte de S. João de Deus, desembarca no Terreiro do Paço. É recebido com honras de chefe de Estado. Carmona oferece-lhe um banquete em Belém. A 13 chega a Granada. É recebido «com honras de príncipe de sangue real», anuncia a imprensa portuguesa.

A 19 de Janeiro de 1950, em nome da rainha D. Amélia, o visconde da Asseca entregara-lhe o mais rico dos três mantos reais. O estudante Cerejeira tinha sido o orador na sessão evocativa do assassinato do rei D. Carlos e do príncipe Luís Filipe realizada no Seminário Conciliar de Braga um ano após o crime, a 1 de Fevereiro de 1909. Muito depois, a rainha perguntar-lhe-ia qual o sentido sobrenatural da morte daquele seu filho e oferecera-lhe o terço que o príncipe levava consigo a 1 de Fevereiro de 1908. O patriarca passou a rezar por ele. Invocava frequentemente as suas relações com a rainha, em público e em privado. A atracção recíproca entre a mãe do último rei de Portugal e o primeiro patriarca de Lisboa nomeado depois da República pode simbolizar as relações estreitas entre a nobreza lusitana e Cerejeira.

A 22 de Janeiro de 1955 realiza-se na igreja de S. Vicente um *Te Deum* no jubileu (bodas de prata) do patriarca. Participam Craveiro, Salazar, membros do governo e do corpo diplomático. O chefe de Estado, em uniforme militar, é recebido com as honras do estilo, que culminam com o desfile das tropas. Craveiro sobe a escadaria; é aguardado por Cerejeira, «que para ali

se encaminhara em cortejo processional. O Sr. Presidente da República, depois de trocar cumprimentos com Sua Eminência, foi ocupar um cadeiral especial montado sobre uma tribuna instalada na capela-mor [...] ao lado do trono do Sr. Cardeal Patriarca», relata o *Diário de Notícias*. No dia seguinte, Marcelo Caetano escreve a Salazar, como quem lhe dá uma novidade, tentando de uma cajadada ferir dois coelhos: na véspera, numa cerimónia em São Vicente, Cerejeira pusera «o Chefe de Estado português» a seguir aos seus «caudatários», «apagado entre algumas fardas sem brilho» (José Freire Antunes, *Salazar e Caetano: Cartas Secretas*, p. 362).

No final dos anos 40 e princípio de 50, durante a fase de «príncipe da Igreja», Cerejeira participa em numerosos actos públicos nos quais parecia dispensável a sua presença. A 11 de Setembro de 1949, acompanhado pelo ministro das Obras Públicas, engenheiro José Frederico Ulrich, inaugura melhoramentos no Lousado. O cardeal afirma «ver no progresso desta freguesia a expressão de toda a transformação de Portugal». A 25 de Outubro 1949 é o patrono do generalíssimo Franco no doutoramento *honoris causae* na Universidade de Coimbra; apesar de doutor, leva as vestes episcopais. A 5 de Abril de 1950 integra a comissão de honra da feira flutuante «Portugal em marcha».

O que para ele eram vitórias sobre o Estado laico, que recusava qualquer presença eclesial em actos seus, aparecerá cada vez mais como uma aliança definitiva com um dado regime. Ia neste sentido o *Te Deum* pelas bodas de prata da entrada do camarada dos Grilos para o governo que o cardeal-patriarca rezara a 27 de Abril de 1953.

Cerejeira cultivou o estilo «príncipe da Igreja» por o julgar o adequado à dimensão divina da Igreja, merecedora de prova de deferência institucional da sociedade e do Estado pós-laico. Estava então cónscio das misérias humanas do bispo — a 7 de Janeiro de 1950 lembra-se da irmã Morte e faz testamento no qual pede perdão «a todos os que tenha desedificado»; por esta altura diz: «Quando olho para mim, só vejo o nada que foi feito; o resto é para Deus» (homenagem da Acção Católica a 17 de Junho de 1951). Mas aquele comportamento público não deixou de ser interpretado como fruto da vaidade e, para muitos, funcionou como contra-exemplo.

O método espectacular, por vezes excessivo, de Cerejeira é agora mais visível e suscita reparos. Aquelas presenças políticas acompanharão o movimento ascensional da democracia cristã europeia e, com o refluxo dela, serão espaçadas.

A dimensão principesca vai de par com a propaganda que os meios de comunicação officiosos fazem da pessoa do patriarca. Ela acentua o seu prestígio internacional.

Esse prestígio era efectivo. Feito cardeal no mesmo consistório que Eugénio Pacelli, agradeceu a eleição em nome do homem que viria a ser Pio

XII. Três papas nomearam-no legado apostólico para todas as ocasiões significativas da religião no mundo de cultura portuguesa (além das mencionadas: iv centenário da morte de S. Francisco Xavier, Goa, 1952; inauguração de Brasília, 1960; a última vez, por ocasião do XII Congresso Mariano Internacional, Fátima, Agosto de 1967). Integrava academias pontificais e tinha elevadas condecorações papais.

Alguns (poucos) dos seus discursos tiveram eco internacional. Nos anos 30, quando boa parte dos bispos europeus contrariam a acção da Juventude Operária Católica (JOC), Cerejeira apoia-a desde o princípio (já referida participação no grande congresso internacional, Abril de 1935). É ele que, acompanhando a Virgem peregrina de Fátima, abençoa a primeira aparição pública do episcopado espanhol depois da guerra civil (29 e 30 de Maio de 1948). Em Outubro de 1958, pelo benefício da antiguidade no Sacro Colégio, substituirá o arcebispo de Malines na direcção do conclave que elegerá o papa João XXIII e, à morte deste, como cardeal decano da ordem dos presbíteros, fará parte do triunvirato que dirige a Igreja (1963).

A propaganda oficial exagera, porém. O excesso roça, por vezes, o ridículo. A grande imprensa portuguesa fará dele, por exemplo, o sucessor de Pio XII. Os cardeais norte-americanos «devem abrir alas e ceder o lugar» ao cardeal Cerejeira quando se tratar de eleger o papa, recomenda o *Diário de Notícias* a 9 de Maio de 1948, transcrevendo o jornal parisiense *Samedi soir*. O cardeal Cerejeira poderá vir a ser o sucessor de Pio XII e tem «notável autoridade no Vaticano», afirma o mesmo *Diário de Notícias* a 21 de Setembro de 1950, transcrevendo agora do diário romano *Paese sera*, o qual, em ocasiões menos pias, era apresentado (justamente, aliás) como pró-comunista.

A imagem de «príncipe da Igreja» tem um negativo. O Partido Comunista Português, que nunca cessará de o singularizar nos seus ataques, acalentando a ilusão de o isolar da massa católica, acusá-lo-á de ser capitalista de grandes empresas (o patriarca fora ao Lousado benzer as instalações da Mabor, uma fábrica de pneus), insensível ao sofrimento dos pobres. Ao que será respondido com a multiplicação de encontros do patriarca com sectores desfavorecidos da população e com a obra social da Fundação Cardeal Cerejeira (instituída por decisão de 5 de Abril de 1957 com 1300 contos que lhe foram oferecidos no jubileu cardinalício). A acusação comunista erra o alvo. O visado não se caracteriza por ser um metódico administrador de dinheiro e haveres. Muito diferentemente. Obtinha os fundos de que precisava para obras e estas — os seminários, as igrejas — interessavam-no acima do mais. Recorria para isso às fortunas católicas, aos peditórios, aos ministros das Obras Públicas. Para socorrer aflitos ia ao cofre pessoal buscar objectos de valor, que podiam ser notas do Banco de Portugal ou jóias. Ao contrário de certas aparências, o dinheiro escasseava. Preocupava-o pouco a

situação material do seu clero, contribuindo, assim, para o manter na dependência dos notáveis da Igreja, geralmente conservadores. Na sua pregação falta o mínimo eco da fé calvinista do sucesso pelo êxito material. Por método, não utilizava o dinheiro como instrumento de governo.

Fará caminho mais longo a acusação de apoio à ditadura salazarista. A primeira nesta linha vem de círculos católicos franceses, que chamam ao «Estado Novo» «regime ‘fascista-clerical’», apodo que o patriarca rejeita com veemência (a 18 de Novembro de 1946; *OP*, III, pp. 185 e segs.). Os comunistas atrelam-se. Em Janeiro de 1947, o *Avante!* sustenta que ele apoia «publicamente o fascismo salazarista» (n.º 97). Nas eleições de Outubro de 1961 garante que o patriarca «enviou uma circular a todos os padres avisando-os de que não serão confirmados nos seus cargos se tomarem posições contra o Governo» (*ibid.*, n.ºs 307 e 314, de Março de 1962).

No clima da «guerra fria», estes ataques não colam, mas, vindos da Igreja, estilhaçam o esplendor da imagem de Cerejeira: liberal face ao fascismo dos anos 30, Cerejeira surge agora retardatário perante o ascendente reformismo político e social. A fase gloriosa do patriarca encerra-se no final dos anos 50. Símbolo dela é a inauguração do monumento a Cristo-Rei (17 de Maio de 1959), que cumpre a promessa de 20 de Abril de 1940. É o final do providencialismo. Na ocasião renova-se a dupla consagração de Portugal aos Sagrados Corações de Jesus e Maria, com intervenção do presidente da República, almirante Américo Tomás. «Se pudesse escolher o momento de morrer, eu escolheria este», diz Cerejeira ao *Diário de Notícias* (18 de Maio de 1959, p. 1, a abrir). O cardeal fizera testamento há pouco menos de oito anos.

A crise começa. A recristianização, o essencial da estratégia eclesial, não triunfou. Progressivamente, as dificuldades tocarão todos os aspectos da vida da Igreja: a Acção Católica, os seminários, as relações com o Estado, a articulação com a Igreja universal. Durante os anos 50 torna-se claro que a «cruzada» de recristianização da sociedade portuguesa falhou ou, quando menos, está significativamente abaixo das expectativas iniciais. Na sessão que encerra as grandiosas comemorações das bodas de ouro da ACP, o patriarca afirma: «a bendita Cruzada produziu o seu fruto» (16 de Novembro de 1958). Quando acrescenta «não há, pois, lugar para desfalecimentos», está a fazer boa cara a má fortuna. Não ocultara, em privado, a «sua surpresa e a sua amargura» perante os resultados da primeira contagem à prática dominical no patriarcado, que, em 1955, revelara uma taxa líquida global de 20% de praticantes (D. Manuel Falcão). Mas recusou sempre que esta verdade fosse escamoteada, contrariando a opinião dos zelotas.

A eleição presidencial de 1958 precipita as manifestações fundadoras da oposição católica ao salazarismo. Citam respeitosamente o patriarca (carta ao director do *Novidades* de 19 de Maio de 1958, documento de Fevereiro de

1959 sobre as relações entre a Igreja e o Estado), fossem quais fossem as reservas pessoais que alguns dos subscritores já então tinham em relação à figura do cardeal.

O facto novo é a institucionalização de uma oposição católica. O espancamento do engenheiro Francisco Lino Neto pela polícia numa manifestação a favor do general Humberto Delgado, o candidato oposicionista, simboliza a para a opinião nacional e internacional em Junho de 1958. Ao longo dos anos 50, sobre o fundo do fracasso da recristianização, a Igreja em Portugal fora atravessada surdamente por correntes críticas. A industrialização destrói a base rural do catolicismo português. Multiplicam-se os receios de que a resposta católica não seja a adequada às circunstâncias. D. António Ferreira Gomes surge como o expoente das tendências renovadoras. É um homem do «Estado Novo». Mas tem a noção da crise larvar. A conferência sobre a «miséria imerecida do mundo rural» dera-lhe evidência nacional (*A Voz do Pastor*, 4 de Maio de 1957). A diocese do Porto, que ele dirige, ultrapassara Braga como a segunda do país. Liga-se à Acção Católica, cujos jovens e destacados dirigentes — como Adérito Sedas Nunes — patrocina. O núncio apostólico, o futuro cardeal Cento, apoia-o.

O *Pro memoria* que envia a Salazar em Julho de 1958 marca a ruptura num ponto importante da organização eclesial: D. António quebra o monopólio da negociação política em nome da Igreja que até aí pertencera, sem disputa, ao cardeal. O «chefe da Igreja portuguesa» é contestado. Vai fazer 70 anos. D. António tem 52.

É o caso do bispo do Porto que abre a primeira brecha séria no dispositivo institucional que articula a Igreja e o Estado. Salazar, sentindo crescer a oposição católica, aproveita o ensejo para exigir a substituição de D. António, acusando-o de pretender transformar a Acção Católica Portuguesa num «agrupamento partidário que, para atrair a massa operária, seria de feição marcadamente social». Conclui ameaçando a ACP (cf. carta do presidente do Conselho ao núncio apostólico, Fernando Cento, de 6 de Dezembro de 1958 e o processo no Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros). O espantinho do partido democrata-cristão coloca na defensiva a Santa Sé e a Igreja em Portugal.

Cerejeira opôs-se à resignação que D. António propusera à Santa Sé, persuadido de que conseguiria um *modus vivendi* com Salazar e certamente ciente de que a sua liderança seria enfraquecida pela saída do bispo do Porto (Outono de 1958). Vem a acalmia, consubstanciada na «Carta pastoral acerca das relações da Igreja e do Estado, e da natureza e actividades da Acção Católica» (16 de Janeiro 1959, em *OP*, VI, pp. 367 e segs.). D. António aproveita para se ausentar de Portugal. No regresso, a 18 de Outubro de 1959, apresenta-se na fronteira de Valença. A PIDE proíbe-o de entrar.

É o exílio *de facto*. Cerejeira, que virá a considerar a atitude do bispo do Porto contrária à «isenção política da Igreja» (D. Manuel Falcão), e os restantes bispos, pelo silêncio, consentem no exílio. A posição da hierarquia, em particular a do seu chefe, fica assim fragilizada: tivera de aceitar a expulsão de um colega no episcopado; alguns pensam que fora conivente nela. O caso «abriu larga ferida na consciência católica», reconhecerá mais tarde (*Na Hora do Diálogo*, 1967). O consenso político e social no seio dos católicos, que começara a formar-se após o 28 de Maio de 1926, está agora desfeito.

A crise revelar-se-á com o concílio anunciado no final de 1959 e iniciado em Outubro de 1962. O bispo de Lisboa, cuja produção teológica fora sempre pouco relevante, que não acompanhara as correntes modernas e que participa sem o apoio de uma equipa de assessores, passa despercebido entre os 2200 padres conciliares. Os exageros que o davam por *papabile* — era tudo menos um romano e a sua eleição papal inverosímil no clima eclesial da época — saem agora tão caros como o estilo de «príncipe da Igreja» e tudo aquilo a que então começou a chamar-se *triumfalismo*.

O patriarca está doente. Em 11 de Dezembro de 1963, com 75 anos feitos, é operado a um tumor intestinal e fica internado até 22 de Janeiro de 1964 (voltará a ser submetido a intervenções cirúrgicas, embora de menor risco, em Julho de 1965, Agosto de 1969 e Abril de 1977). O seu afastamento da diocese, onde não era substituível, provoca o aumento das dúvidas. Envia as *Cartas de Roma* (1965), defendendo uma posição de aceitação conservadora do concílio. Não colmatam uma ausência prolongada.

Os anos e a doença não lhe diminuíram a combatividade. Em Outubro de 1964, o papa Paulo VI anuncia que irá a um congresso eucarístico em Bombaim e que visitará Goa. Dias depois, a 21, o governo português toma a viagem papal por um «agravo gratuito», pois a Índia invadiu Goa, e dá instruções à censura para cortar todo o noticiário com ela relacionado. O isolamento do episcopado português no concílio é forte e visível.

Cerejeira é cauteloso face ao Estado para manter o *status quo*, mas arrisca-se em relação à Igreja: induz Paulo VI, em termos ainda ignorados, a desistir da visita à «Roma do Oriente» (audiência de 30 de Outubro de 1964), correndo, assim, o risco de parecer contrariar o Santo Padre, risco de tomo, pois a devoção ao papa é uma componente importante do catolicismo português; veta a divulgação de um comunicado apoiando a planeada visita papal a Goa, aprovado pela maioria dos bispos portugueses, correndo o risco de se isolar dos restantes bispos. Nesta ocasião ocorre o que para o patriarca está fora dos limites do aceitável: um mesmo acto papal pode abalar as relações da Igreja com a nação e com o Estado. Por isso, o «ultramontano assumido e consciente» (Jorge Borges de Macedo) age face à Roma transmontana com energia e firmeza.

Regressa rapidamente a Lisboa. Reúne setenta padres seleccionados. Diz-lhes: «Os pés benditos do Vigário de Cristo vão pisar uma terra que só nos merece detestação.» Salienta que há o risco de Salazar cortar relações diplomáticas com a Santa Sé. Conclui: «O próximo domingo é o primeiro do Advento. Qual é o tema das vossas homílias? O tema das vossas homílias é o fim do mundo de que fala o Evangelho desse dia.» Dos presentes, só dois aplaudiram. Desce do pódio e vai cumprimentar todos.

Vários decidem, de imediato, pregar sobre a viagem do papa a Bombaim. Um dos participantes não fará homília. É denunciado por ter pregado sobre a viagem do Santo Padre. Na segunda-feira seguinte, Cerejeira informa-se do ocorrido, chama-o e diz-lhe: «Tu não concordaste comigo porque és meu amigo e sofreste com a triste figura que tive que fazer. O Cardeal Secretário de Estado disse-me que o Presidente do Conselho é um tipo teimoso e caturra e corta relações com a Santa Sé o que, neste momento é altamente inconveniente. E pediu-me, em nome do Santo Padre, que fizesse o que fosse possível por o evitar. E fiz a triste figura que tu viste para salvar os interesses da Igreja.»

Cerejeira não pode mudar de quadriga a meio do prélio. O preço que paga, porém, é elevado. É nesta postura — doente, com 77 anos — que vai dirigir a fase pós-conciliar da Igreja. Tem de pilotar as reformas inevitáveis em ambiente de contestação crescente. O abandono do sacerdócio — e das ordens e congregações femininas — é a face visível de uma crise que divide a Igreja universal (e não apenas a portuguesa) entre uma corrente conservadora, que por vezes se deixa tentar pelo integrismo, e uma ala modernizadora, seduzida pelos valores não religiosos. O conflito entre elas crescerá durante o pontificado de Paulo VI.

A lógica da cristandade não é abandonada. Nesta altura, serodidamente pelos padrões da Aliança Atlântica, é institucionalizada a assistência religiosa nas forças armadas, mediante a criação do ordinariato castrense, de que o patriarca é o responsável (Decreto-Lei n.º 47 188, publicado a 8 de Setembro de 1966). Começam, porém, a surgir outras ênfases na acção pastoral do patriarca em áreas até então minorizadas. São reforçadas as organizações próprias da Igreja, nomeadamente as educativas, um aspecto em que a tolerância de Cerejeira face ao «Estado Novo» fora alvo de numerosas e antigas críticas eclesiais. Incentivam-se mais os colégios diocesanos. Esta lógica conduzirá, finalmente, à fundação da Universidade Católica Portuguesa (bênção da primeira pedra a 30 de Junho de 1967), que o patriarca propugnara desde os anos 20 e que até então tinha protelado.

A reforma das estruturas eclesiais é o aspecto mais visível da adaptação pós-conciliar. É modernizado o ensino dos seminários (substituição de seminários menores fechados por formas mais abertas; passagem do ensino da teologia para institutos universitários interdiocesanos). São criadas estruturas

participativas, ainda que de forma lenta e com poderes medidos pelo mais baixo padrão da Igreja universal. O primeiro passo é dado pela assembleia do clero do patriarcado, presidida por Cerejeira (26 de Setembro a 1 de Outubro de 1966). O conselho presbiterial é criado um ano depois (18 de Novembro de 1967). O conselho pastoral é instituído mais tarde (5 de Maio de 1969) e terá funcionamento irregular.

O estatuto do clero é alterado. Cerejeira reconhece que «na definição da relação do bispo com os seus padres tem predominado a perspectiva jurídica sobre a teológica e eclesiológica» (intervenção na citada assembleia do clero). Simbolicamente, é criada a Fraternidade do Clero do Patriarcado, uma instituição de previdência do clero do patriarcado (2 de Fevereiro de 1967).

A pastoral é modernizada. Os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal passam a corresponder a «regiões pastorais», vocacionadas para futuras dioceses, e a de Lisboa é dividida em oito zonas pastorais homogéneas (Pentecostes de 1966).

É retomado o esforço de construção de novas igrejas, que volta a ser exigido pelo crescimento da Grande Lisboa. Mantém-se o apoio à arte moderna religiosa.

Faz parte ainda da adaptação pós-conciliar a remodelação da ACP. Os efectivos tinham declinado a partir de 1956 e por esta altura surgiram as primeiras divergências internas sobre o rumo a tomar. Qualquer intervenção social era, para o governo, uma violação da necessária isenção política da Igreja e, para o patriarca, uma evidência do inaceitável «primado do temporal». O espírito da Acção Católica, porém, impunha uma presença social. A máquina que Cerejeira criara voltava-se contra o criador.

Findo o concílio, a reforma da ACP não pode ser adiada. A 24 de Junho de 1965, o patriarca encarregara Mons. Sesinando Rosa de estudar a «actualização» da ACP e a revisão das suas bases, fazendo-o assistente geral interino. No dia de Cristo-Rei de 1966 toma posse a primeira junta central inteiramente formada por leigos e dirigida por um secretário-geral, também ele leigo, o engenheiro Sidónio Pais. Passa a ser assistida pelo P.<sup>o</sup> Orlando Leitão.

O processo de renovação será posteriormente acelerado. Em Abril de 1969, o patriarca dá-lhe um sopetão, adiando o segundo encontro de diálogo entre o episcopado e uma comissão de leigos, eleita, por um dos membros dela, José Manuel Galvão Teles, fazer parte do GEDOC e este grupo ter sido «desautorizado» (comunicação de Sidónio Pais ao conselho parcial da junta central da ACP a 11 de Abril). O contágio de outros conflitos não permitirá à Acção Católica resolver a contradição entre os constrangimentos do mandato hierárquico e as necessidades da actuação numa sociedade em vias de laicização.

Surgem, porém, e desenvolvem-se outros movimentos de leigos, diferentes entre si, mas com espiritualidades e metodologias bem diferentes das da

Acção Católica: equipas de casais, Graal, Movimento para Um Mundo Melhor, cursos de cristandade, Opus Dei.

Cerejeira anuncia o seu pedido de resignação a 1 de Outubro de 1966, quando decorre a primeira assembleia do clero do patriarcado, assinalando o começo da aplicação do concílio na diocese de Lisboa. Está a fazer 78 anos. Diz: «Não sei quando o Santo Padre me dirá que é hora de me retirar.» A 1 de Dezembro é conhecido que Paulo VI não aceitou o pedido. Cerejeira dispensa a publicação da carta particular papal que lhe renova a confiança.

É claro, porém, que Cerejeira sabe que a sua hora passou e que a Santa Sé entende não ser aquele o momento para escolher um novo chefe e um diferente posicionamento para a Igreja em Portugal. São, contudo, outras as fontes que têm vindo a corroer-lhe a autoridade.

A crise da Igreja universal é acentuada pelas singularidades portuguesas: a especialidade da relação da Igreja com um Estado ditatorial e a guerra em África. O engenheiro Cunha Leal, antigo chefe de governo da I República e prócere da oposição conservadora, escreve duas cartas a Cerejeira, a 10 e 20 de Fevereiro de 1965, nas quais o acusa de ter abandonado padres à acção do governo: exílio do espiritano Joaquim Alves Correia (1945), retirada de Abel Varzim (1957), prisão de Costa Pio (1961). O então conceituadíssimo diário parisiense *Le Monde* divulga-as.

O patriarca, que logo respondera particularmente a Leal, retorquirá, publicamente, a 18 de Novembro de 1967 — o 38.º aniversário da sua eleição —, com *Na Hora do Diálogo — Resposta a muitas questões*, uma longa conferência transmitida pela rádio e pela televisão. «O cardeal Cerejeira defende-se de várias acusações», titulará o *Diário de Notícias*. Salazar partilha esta opinião e Deus sabe se não terá sido ele o inspirador do título.

A correspondência de Leal e a notícia do jornal francês só são graves porque Cerejeira é, pela primeira vez, pessoalmente alvo de críticas acres vindas de meios católicos portugueses. Ninguém duvida de que Cerejeira terá defendido os seus padres. Mas fê-lo em privado, o que parece insuficiente a muitos católicos. A crise do Seminário dos Olivais, «glória e esperança do Patriarcado», os casos do P.º Felicidade Alves e do GEDOC constituem três momentos extremos do clima de crise que avassala a diocese de Lisboa. Salazar saiu da cena política e o presidente do Conselho é Marcelo Caetano. No dia 3 de Outubro de 1968, o reitor, o vice-reitor e cinco padres da equipa responsável do Seminário dos Olivais pedem a demissão, em discordância política e eclesial com o patriarca. Alguns jornais lisboetas publicam uma circular explicativa dos demissionários. Cerejeira aceita o pedido e a 13 daquele mês divulga um solução transitória (*OP*, VII, pp. 271-275). A vida íntima da Igreja está agora na praça pública e as posições radicalizaram-se.

O caso do P.º Felicidade Alves, o pároco de Santa Maria de Belém e de S. Francisco Xavier, que Cerejeira arvorara em professor de Teologia dos

Olivais aos 24 anos — para escândalo dos paços diocesanos de província tanto como da Santa Sé —, desenvolve-se em simultâneo com o dos Olivais. Começa antes. Mas tem resolução posterior. O conflito abre com uma exposição do P.<sup>e</sup> Felicidade ao Conselho Paroquial de Belém, «Perspectivas actuais de transformação nas estruturas da Igreja», feita em 19 de Abril de 1968. Para o patriarcado, a exposição defende «uma Igreja que se diz carismática, espontânea e espiritual, sem instituição e autoridade hierárquica», que se opõe à «Igreja institucional».

O caso — o «mais doloroso» com um membro do seu presbitério, dirá Cerejeira, que tinha por Felicidade especial predilecção — vem também para a grande imprensa. Após várias tentativas de conciliação, um inquérito canónico e polémica pública, um decreto do patriarca, datado de 2 de Novembro, remove-o de pároco de Belém. A 12 de Novembro, o *Diário de Notícias* imprime declarações do removido: «Os processos inquisitoriais ainda não acabaram na Igreja portuguesa.»

O patriarca faz 80 anos a 29 desse mesmo mês. Paulo VI felicita-o numa carta autógrafa. Nesse mesmo dia é inaugurada a Universidade Católica e uma exposição da Câmara de Lisboa consagrada a Cerejeira.

A contestação continua. No primeiro de Janeiro de 1969 realiza-se a primeira vigília pela paz na igreja de S. Domingos, durante a qual é distribuído o texto «Vimos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar», no qual um grupo de católicos verbera o episcopado por este não condenar a guerra em África. A 9 Cerejeira exprobra a vigília por «tendenciosa» e o manifesto, que «causa grave prejuízo à causa da Igreja e da verdadeira paz».

Neste contexto surgem os cadernos do GEDOC, uma publicação clandestina de que são responsáveis os padres Felicidade Alves, Abílio Tavares Cardoso (o antigo reitor do Seminário dos Olivais) e o arquitecto Nuno Teotónio Pereira, reunindo a mais extrema contestação eclesial à crítica ao «Estado Novo». Começam a ser publicados no início de 1969 e logo a 24 de Fevereiro o patriarca os condena em termos veementes (*OP*, VII, pp. 277 e segs.).

A publicação da encíclica papal *Humani Generis* (1968) gera um processo de auto-saneamento dos sectores contestatários, acentuado, no caso lisboeta, pela resolução drástica do caso do P.<sup>e</sup> Felicidade. Os conflitos eclesiais tornam-se mais surdos. As divisões, porém, permanecem.

Nos seus últimos anos, Cerejeira aceitará a proposta de revisão constitucional que consagra o princípio da liberdade religiosa (aprovada no Verão de 1971, já depois de ter resignado, e que contém a prenda serôdia da inserção do «nome de Deus» na Constituição), continuará a defender a Concordata (entrevista ao *Novidades* de 21 de Janeiro de 1971) e, em nome do princípio da manutenção do *status quo* institucional, rejeitará a revisão

daquele acordo, proposta pelo presidente do Conselho, Marcelo Caetano, com o fim de introduzir o divórcio para os casamentos católicos.

O papa Paulo VI concederá a resignação por uma muito elogiosa carta autógrafa de 25 de Março de 1971 (tornada pública a 13 de Maio seguinte em Fátima). Cerejeira tinha 82 anos de vida e 42 de pontificado. A 29 de Junho realiza-se, no pavilhão do Parque Eduardo VII, uma cerimónia de despedida e transmissão de poderes a D. António Ribeiro.

As «últimas palavras» de Cerejeira aos «irmãos e filhos» contribuem para o estranho clima da assembleia, misto de Pentecostes e Sexta-Feira Santa: «Peço-vos a todos, sem excepção, perdão do que fiz e não foi segundo o Coração do Senhor, e do que não fiz devendo-o e podendo-o.» Retoma e aprofunda as fórmulas do testamento.

Pobre de bens materiais, clarificando o pedido de perdão que aflorara desde pelo menos 1967, retira-se para a casa da Buraca — que fundara —, onde passa o resto dos seus dias, numa vida de recolhimento quase monástico. Sofreu numerosos achaques. Perdeu temporariamente a lucidez antes de ser operado a um antraz. Recuperou-a depois e conservou-a até ao fim da vida. Moreira das Neves organizava serões literários para lhe amenizar a existência. Rodeou-o sempre um pequeno número de íntimos. Edificou-os pelos seu comportamento perante o sofrimento. A Santa Sé continuou a distingui-lo. O 25 de Abril não o tocará.

No testamento declara: não contém «nenhuma cláusula relativa a sufrágios, porque desejando morrer pobre não quis impor nenhuma obrigação como quem deixa bens próprios» (declaração complementar recebida por D. António Ribeiro a 1 de Julho de 1957). O testamento, datado de 7 de Janeiro de 1950, constitui os seminários do patriarcado seu herdeiro universal. Conclui: «Santa Maria Mãe de Deus, rogai por mim pecador agora e na hora da morte.» O cardeal Cerejeira, que expressara o desejo de ser sepultado no seu querido Seminário dos Olivais em campa rasa — cuja localização marcara —, está tumulado no panteão dos patriarcas de Lisboa em São Vicente de Fora.

Cerejeira pedira a resignação no cumprimento de decisões conciliares das quais, aliás, discordava por entender que só a morte podia solver a obrigação paternal do bispo. Resignara por espírito de obediência apenas? Para manifestar o acordo com as decisões do concílio? Talvez. Mas sentimos que o seu coração já não é o que era. A sua situação faz agora pensar como tinha sido premonitória a escolha de Clenardo: o padre flamengo, letrado, fora, também ele, coberto de glória na idade madura e de dificuldades na velhice.

A sociedade oficial acarinha-o. Conserva numerosos amigos e admiradores? Sim. Que vale isso? A Igreja está ameaçada pelo «neomodernismo», padres seus abandonam-no, o patriarcado dilacera-se, os católicos portugueses dividem-se, o «Estado Novo» caminha para um fim portador de novas

ameaças para a Igreja, a sua pessoa já não faz a unidade da Igreja em Portugal.

A atitude do cardeal Cerejeira sobre a relação da Igreja com o social e com o político merece um exame especial. O problema social interessa-o, pelo menos desde 1925. Neste ano, em Paris, na companhia de Salazar, conversa com um especialista de acção social. A pergunta que formulam sobre a questão social é: «Comment éviter le nouveau massacre des innocents? Je veux dire: comment sauver les jeunes-gens qui dans l'usine allaient perdre leur foi, leur vertu, leur dignité, leur santé même?»

É uma óptica totalmente religiosa que não exclui o interesse pelas questões temporais, mas apenas na medida em que elas afectam a prática da fé. Na «pastoral colectiva sobre o comunismo e outros flagelos sociais», o patriarca afirma a necessidade de a Igreja ter e aplicar a sua doutrina social (7 de Março de 1937).

Esta atitude, porém, é contrariada por outra, mais forte, e que irá ganhando peso crescente: o temporal contamina a fé e deve ser rejeitado. «Anda o mundo todo tocado do espírito marxista», escreve o patriarca, comentando uma carta papal. «E eu pergunto se não haverá por aí contaminação do espírito marxista nesse primado do temporal — essencial, único mesmo, no marxismo e que alguns têm confundido com exigência evangélica» (*Boletim oficial* da ACP, Abril de 1959).

Se estas balizas doutrinárias conduziam a acção social da Igreja a um beco sem saída, nem por isso Cerejeira deixou de insistir pela presença organizada da Igreja na classe operária, apoiando a JOC face ao governo em momentos de crise (em particular por ocasião do congresso, 1955).

Neste terreno fechou os olhos quando era preciso fazê-lo. A 26 de Março de 1965, dirigentes da JOC, acompanhados pelo assistente, P.º Jardim Gonçalves, entregam-lhe um exemplar do «Estatuto do Jovem Trabalhador da Europa», um documento reivindicativo, à maneira das reclamações sindicais. Cerejeira elogia a JOC pela acção de fé e por não lhe apresentar um «documento reivindicativo, à maneira das reclamações sindicais».

Pessoalmente dotado de um forte instinto do poder — ao serviço do qual punha aquele tipo de encanto a que em português chamamos *charme* —, interessava-se pouco pela política. Muitas das suas declarações sobre o assunto são, aliás, endossadas pelos outros prelados. Mas intervém decisivamente na vida política portuguesa do século xx. Recebera uma delegação implícita do episcopado para os assuntos políticos e a formã como a utilizou contribuiu directamente para a formação do «Estado Novo» e, indirectamente, para o regime posterior ao 25 de Abril.

São pressupostos institucionais que a Igreja partilha o poder constituinte no que diz respeito à definição do seu estatuto e, noutro grau, no relativo à família e à educação. Executando-os, Cerejeira contribuiu para a especi-

ficidade do «Estado Novo», um «Estado de Ordens», no qual a Igreja emparceirava com as forças armadas e a administração pública para definir as regras básicas da circulação do poder. As três instituições eram independentes umas das outras, mas concebiam e praticavam essa autonomia na modalidade da interdependência recíproca. A Igreja católica, sob a sua direcção, foi um dos fundadores do regime.

No plano das estratégias, é de salientar a contribuição pessoal do cardeal Cerejeira para evacuar a questão do regime, conduzindo os monárquicos ao aprisco do «Estado Novo», por via da dimensão religiosa.

O cardeal Cerejeira dava a prioridade absoluta ao que estimava ser a separação entre a Igreja e a política. Qualquer mistura produziria não só anticlericalismo, mas a divisão da própria Igreja, por razões políticas. Era muito sensível a essa divisão, que tinha conhecido no final da monarquia e, sobretudo, durante a I República. Num outro eixo, o pensamento político do patriarca é imbuído de portuguesismo ontológico, assente na identificação entre o ser português e o ser católico.

«Portugal, de norte a sul, vem tomando consciência da missão providencial de paladino da civilização cristã», afirmará na «Pastoral colectiva sobre o voto do episcopado pela paz em Portugal» (Páscoa de 1938). Esta missão providencial é actualizada em Fátima, que é «uma bênção especial de Deus [...] sobre a terra portuguesa».

Cerejeira mantém o princípio da separação da Igreja e do Estado. Em contrapartida, acentua, até 1945, a lógica providencial. Portugal, a «Terra de Santa Maria», recebera uma bênção específica da Providência.

Cerejeira alarga o desígnio providencial ao «Estado Novo» e ao seu chefe. «Sim, acreditamos firmemente que devemos à protecção da Santíssima Virgem a transformação maravilhosa de Portugal, erguido hoje em trono de glória à admiração e respeito de todos os povos» (13 de Maio de 1942, *OP*, II, p. 314).

Quando Salazar, que «tanto tem merecido da Nação portuguesa», escapa ao atentado de 4 de Julho de 1937, foi «a Mão onnipotente da Providência» que «desviou o golpe que mãos criminosas haviam preparado» (pastoral colectiva do episcopado, mas redigida por Cerejeira, Páscoa de 1938, *OP*, II, pp. 141 e segs.).

Para Cerejeira, na boa tradição do Concílio de Trento, a distinção básica era feita entre os regimes que oprimiam a Igreja — dominados pelo laicismo ou pelo regalismo — e todos os outros que reconheciam a sua missão e com ela colaboravam. A Igreja deveria combater os primeiros com a mesma energia que reservava para apoiar os segundos.

Por isso, nos anos 30, o patriarca condenara o comunismo e o nazismo com persistente clareza; verberara o «Estado de tendências totalitárias» — uma alusão mais matizada ao fascismo italiano — e opusera-se à fascização do «Estado Novo» (combate à primeira versão da Mocidade Portuguesa;

pastoral colectiva sobre o comunismo e outros flagelos sociais de 7 de Março de 1937, *OP*, II, pp. 63 e segs.).

A atitude política do cardeal Cerejeira evoluiu com o tempo. A partir da nota de 9 de Novembro de 1945, o seu discurso acentua a distância entre a Igreja e o «Estado Novo»: «A Igreja não tem que responder. Quem tem que responder são os católicos.» Continuava a aceitar o regime, mas, doutrinalmente, lava dele as suas mãos.

O resultado da posição de Cerejeira face à política era o seguinte. A lógica providencial é esquecida, mas nunca é retirada, pelo que fica o lastro. Vencida a fase providencialista do seu pensamento — ou a da exteriorização do providencialismo —, o patriarca leva a teoria da autonomia dos dois gládios (o civil e o religioso), actualizada por Leão XII, a consequências extremas que não deixam de — inesperadamente — lembrar a doutrina dos dois impérios de Lutero: o Estado é insusceptível de crítica pela Igreja. Sempre de acordo com a atitude do patriarca, para um católico, colaborar com o «Estado Novo» não era fazer política, era praticar o bem de combater o laicismo; opor-se-lhe era legítimo, em princípio, mas quase impossível na prática, pois faria correr o perigo do regresso do clericalismo ou do anticlericalismo e, portanto, abalaria os alicerces da paz religiosa, que, para ele, neste campo, estava acima de tudo.

Se um católico fizesse política sem mandato dos bispos, não podia invocar essa qualidade. O cardeal explicitará tal posição na nota em que justifica não ter condenado a PIDE por ter encerrado a Pragma, uma cooperativa animada por Nuno Teotónio Pereira e formada maioritariamente por católicos: a Pragma «não pode invocar o nome de católica», pois funciona «fora da autoridade e até do conhecimento da autoridade eclesiástica» (14 de Abril de 1967). Nenhum bispo daria tal autorização a quem não se identificasse com o «Estado Novo», pois, dentro deste esquema de pensamento, iria aumentar o risco do regresso do laicismo. O círculo fechava-se.

É elevado o preço desta paz. Ela impede a Igreja de fazer qualquer julgamento negativo sobre a actuação do governo. Ao longo dos anos 50, esta posição deixou de ser consensual no interior da Igreja, por o regime desrespeitar os direitos humanos (torturas pela polícia política, censura oficial aos meios de comunicação social) e, mais tarde, já depois do começo do concílio, por causa da guerra colonial.

Nos anos 60, a acusação de «enfeudamento da Igreja ao Estado» generaliza-se e alarga-se aos meios católicos por «contaminação», crê o patriarca. Para ele, a increpação vem dos primórdios do seu pontificado: «Nasceu de uma campanha, assoprada pela ‘prancha’ vinda da Rua Cadet de Paris [sede do Grande Oriente de França] (ainda está vivo quem o testemunha com autoridade irrecusável)» (*Na Hora do Diálogo*, 1967). Mas é claro que não vêm das lojas os seus mais ásperos críticos. Vêm da Acção Católica.

A rigidez do esquema do cardeal Cerejeira não lhe permite condenar publicamente um regime que se diz cristão mesmo quando ele viola os princípios cristãos.

Marginalizou os católicos — como António Alçada Baptista ou Francisco Lino Neto —, que então começaram a combater sistematicamente o «Estado Novo», nunca autorizando o reconhecimento do pluralismo da acção social na Igreja. É verdade que nunca os desautorizou publicamente.

Um breve exemplo. Os livros religiosos da Livraria Moraes, a editora do grupo de Alçada Baptista, levavam sempre, como era uso nessa altura, o *imprimatur*, uma autorização eclesiástica para a impressão da obra. No começo dos anos 60, o então arcebispo de Mitilene oficiou à Moraes comunicando-lhe que, devido à «perturbação» que as edições estavam a causar, deixaria de lhes dar o *imprimatur*. Esta autorização era dada a obras, e não a editoras. Se a Moraes quisesse publicar a Bíblia, o arcebispo não autorizaria.

O ofício era típico do clima de ostracismo a que o grupo estava submetido. Alçada foi falar com Cerejeira, chamando-lhe a atenção para aquela incongruência, a qual, por certo, o seu interlocutor logo observara. «Não ligue», disse-lhe o patriarca, uma vez mais principesco, desta vez em relação a um auxiliar.

Se não desautorizou os católicos que não se identificavam com a corrente política e eclesial dominante, pô-los num limbo. O que não decorria da retirada do apoio à fundação de partidos democratas-cristãos europeus operada pelo papa João XXIII.

Em 1969, o mesmo patriarca que, em 1937, levara a Providência a salvar Salazar, que, em Janeiro de 1959, quando este acusara alguns católicos de romperem a «frente nacional», responde com a mansidão de quem quer salvar o *status quo*; que explorara astuciosamente fraquezas doutrinais do «Programa para a Democratização da República» (7 de Novembro de 1961, *OP*, vi, pp. 401 e segs.), é agora rigorosamente neutro em relação a uma campanha eleitoral na qual há leigos católicos destacados em todas as listas concorrentes. Uma neutralidade que o leva também a não autorizar a junta central da ACP a publicitar uma tomada de posição que seria certamente mal recebida pelas bandas governamentais.

É certo que Salazar já estava politicamente morto. Mas é igualmente certo que, com o concílio, Cerejeira cessara as suas intervenções políticas e já na campanha eleitoral para a Assembleia Nacional em 1965 tinha assistido silencioso ao conflito político entre dois grupos, invocando ambos a qualidade de católicos, para combaterem ou apoiarem o regime.

Cerejeira apoiava o «Estado Novo» como um dos seus fundadores, como chefe de uma das *ordens* que o compunham. Agia em função desta topologia e das convicções pessoais que o animavam — e não de qualquer dependência,

fosse ela emocional, económica, política ou de outra natureza. É o que decorre da lógica global com que agiu. Dois episódios ilustrarão até que ponto era cioso da sua independência e da defesa do seu poder como chefe da Igreja.

Fez bispo auxiliar D. Manuel Falcão, apesar de não poder ignorar a animadversão que Salazar lhe votava (22 de Janeiro de 1967).

O presidente da República, Américo Tomás, era paroquiano de Belém. Apreciava pouco as homílias do pároco, Felicidade Alves. Um dia ofendeu-se com ele. Exigiu desculpas, que o prior recusou. O chefe de Estado deixou de ir à missa aos Jerónimos. Passado tempo, Tomás mandou restaurar uma capela situada na paróquia: o Ministério das Finanças deu a verba, o das Obras Públicas fez as obras, a Câmara Municipal de Lisboa ajardinou. O patriarca chamou o P.<sup>o</sup> Felicidade e, no que vem ao nosso caso, disse-lhe, essencialmente, o seguinte: «Ouve com atenção [e reproduziu o parágrafo anterior]. O Sr. Presidente da República quer que eu nomeie um capelão que seria o capelão da Presidência. Se eu quisesse, nomeava capelão. Mas quem manda na Igreja não é o Presidente da República. Por isso, não nomeio capelão. És tu o capelão. Mas só dirás a primeira missa. Depois, nomearás todos os domingos um padre diferente para ir dizer a missa. E também não sou eu quem vai consagrar a capela. É coisa pequena.»

Vale também a pena lembrar, neste contexto, que o patriarca sempre defendeu a JOC contra as constantes arremetidas do «Estado Novo». Quando Salazar hesita em autorizar o congresso da Juventude Operária Católica, Cerejeira ter-lhe-á dito para o persuadir: «Vais perder os últimos operários que te restam.»

O «Estado Novo» não perdia uma ocasião para comprometer Cerejeira, o qual, aliás, nem sempre era prudente (habitual jantar de anos de Salazar, a 28 de Abril de 1960, quando está em sangue a ferida aberta pelo exílio do bispo do Porto). Nos anos 30, a polícia política prendera Sílvio Lima, que criticara *A Igreja e o pensamento contemporâneo*, criando, assim, a convicção da existência de um braço secular ao serviço do patriarca.

O golpe é repetido aquando da apreensão, em 1968, de um opúsculo em que Raul Rego responde a *Na Hora do Diálogo* e a PIDE o prende depois (desta vez o patriarca desmarcou-se, intervindo semipublicamente) e, em 1969, com a prisão dos responsáveis do GEDOC.

As relações entre Cerejeira e Salazar inserem-se neste entrecho. A imagem dessas relações foi sempre um objecto de luta. Salazar preocupou-se mais com ela do que Cerejeira. A propaganda do regime amplificou os efeitos políticos dos contactos pessoais entre os dois «chefes», para usar a palavra que ambos apreciavam. Navegando à bolina da propaganda afonsista, procurou desde cedo criar a convicção de que Cerejeira era um fraco que Salazar dominava: o «Estado Novo» pareceria clerical apenas para melhor ser regalista.

O presidente do Conselho era a origem desta imagem. Instilou nos seus próximos a certeza de que o patriarca era um homem sem vontade firme, que nunca fora capaz de castigar ninguém. Marcelo Caetano descreve-o nesta veia: «No fundo era sempre o padre que detestava as palavras ásperas, os castigos severos e as decisões definitivas, e preferia persuadir pela razão e comover pelo coração» (*Minhas memórias de Salazar*).

Leiamos ainda a prosa de um áulico. Estamos em 1932. Salazar acaba de formar o seu primeiro governo, que é também o primeiro ministério civil da ditadura. Pede para visitar o cardeal-patriarca. Cerejeira recebe-o no paço do Campo de Sant'Ana. Demos a palavra ao narrador cesarista: «Sentam-se os dois amigos ao fundo, no canapé lilás. Praticam de coisas, de tempos remotos, das vicissitudes de um e outro. Depois Salazar apresenta os cumprimentos do novo Governo, e os próprios. É um acto político. Acrescenta: 'Espero e desejo que o Estado e a Igreja tenham boas relações de colaboração.' Cerejeira concorda. E, frio, gelado, grave, Salazar remata: 'Manuel, a partir deste momento os nossos destinos separam-se completamente. Eu defendo os interesses de Portugal e do Estado, e os interesses da Igreja só contam para mim enquanto se conjugarem com aqueles, e apenas nesta medida. E o Estado é independente e soberano.' Está finda a entrevista.» (Franco Nogueira, *Salazar*, vol. II).

O leitor imagina a atrição do pobre do cardeal-patriarca de Lisboa ao ouvir esta firme lição de direito constitucional. Mas ele teria ficado sobretudo surpreendido com o conteúdo da aula. É que, a ter sido satisfeito, o desejo de Salazar, em 1928, o canapé lilás do patriarca teria sido limpo pela Maria de Jesus, a antiga tricana que ambos tinham empregado nos Grilos e que o presidente do Conselho trouxera para governanta. Cerejeira recordava-se de que Salazar, quando viera para Lisboa, em 1928, lhe propusera irem viver os dois para a mesma casa, com a mesma empregada de Coimbra. Cerejeira é que recusara o pedido de abrigo e explicou ao amigo porquê: «Eram diferentes os caminhos a seguir por cada um deles» (Carlos Lima). Salazar, em 1930, dizia a Cerejeira o que Cerejeira lhe significara dois anos antes.

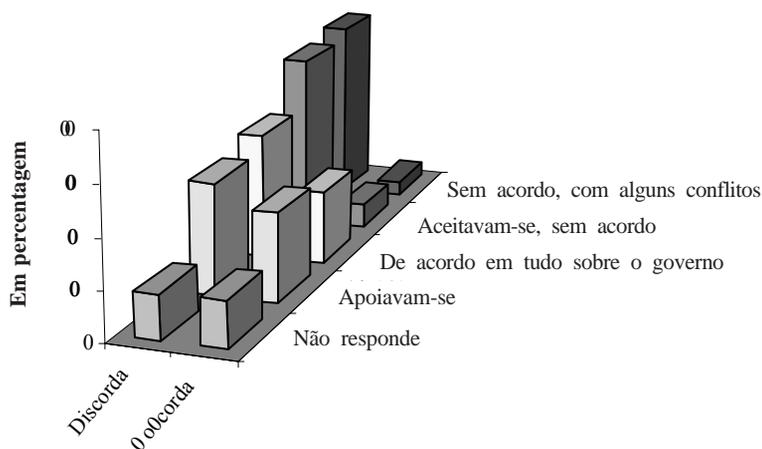
Fez um longo caminho essa imagem do Cerejeira veleitário que o «Estado Novo» tentou fazer passar. Agradava aos católicos tradicionalistas, que censuravam o modernismo do patriarca, e aos de esquerda, que discordavam da sua atitude face ao regime. Seduzia os anticlericais dos quatro costados, para quem a Igreja é presa por ter cão e por não ter cão. No caso: mandar em Salazar e ser mandada por Salazar.

Mas não ganhou a maioria da opinião. Uma sondagem de opinião efectuada em 1985, catorze anos depois da resignação e oito após o óbito de Cerejeira —, revelou que o tema ainda interessava os portugueses, pois mais de quatro quintos tinham um julgamento pessoal sobre o assunto. Para mais

de metade dos inquiridos, o patriarca e o presidente do Conselho não estavam de acordo em tudo (52%). O maior número achava que eles «não estavam de acordo, mas aceitavam o que o outro fazia» (72%). Pouco menos de metade da população via aquelas relações como uma aliança entre ambos: «apoiavam-se mutuamente» (46%). Para uma pequena minoria, «não estavam de acordo e tiveram alguns conflitos» (6%).

O retrato que emerge não é o do domínio de um sobre o outro, é o de uma parceria entre os dois homens que se matiza num arco-íris, indo da concordância total, que agrada a cerca de um terço, à aceitação recíproca mas sem um acordo — atraente para um décimo — e passando pelo apoio mútuo, que reúne uma maioria relativa escassa, aliás escassa (v. gráfico).

As relações entre Cerejeira e Salazar vistas pela opinião pública (1985)



**Fonte:** Sondagem de Mário Bacalhau para o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (apoio das Fundações Tinker e Volkswagen). Universo: indivíduos maiores de 18 anos residentes no continente em localidades com dez ou mais fogos; amostra de 888 indivíduos escolhida aleatoriamente. Pergunta fechada de respostas cumulativas.

Cerejeira alimentava poucas ilusões sobre Salazar. «Conhecia-o bem e tinha a vantagem de não o mitificar», pensa António Alçada Baptista, ao qual o patriarca disse um dia: «Falta-lhe [a Salazar] o que você tem a mais, o amor do próximo.» Conhecia-o, de facto, bem. Narrou a Carlos Lima, como se fosse um «acontecimento conhecido», «a ocasião em que, nos tempos de Coimbra, o Padre Mateo [Crawley] dissera a Salazar — cujas ‘lágrimas lhe corriam pela cara abaixo’ — que sob a sua aparência fria estava um vulcão de ambição» (a 31 de Janeiro de 1972).

Na mesma ocasião, o patriarca descreveu ainda o chefe do governo como uma personalidade «complexa» mas «superior», de «extraordinária sensibilidade, verdadeiramente ‘feminina’».

A posição do cardeal Cerejeira perante a guerra em África merece um breve exame particular. O patriarca, que era por tradição o responsável religioso das forças armadas e veio a ser o ordinário castrense, nunca se pronunciou explicitamente sobre a guerra colonial. Sabendo que passara a estar em África o ponto nevrálgico do «Estado Novo», não a aprovou nem a condenou — nem pôs balizas públicas ao comportamento das forças armadas cristãs. Limitou-se a impedir, em modo menor, que a Igreja questionasse o comportamento do governo —, salvaguardando o *status quo* institucional.

A África interessava-o, aliás, muito moderadamente. Nunca consagrara às missões mais energia do que a lei mandava. Anos antes, ao inaugurar a igreja de S. João de Brito, fora ao ponto de afirmar, ecoando fórmulas do P.<sup>e</sup> Abel Varzim em 1944: «Agora o ponto não é ir ‘fazer cristandade em África’, o ponto trágico é fazê-la aqui na capital e seus arredores» (2 de Outubro de 1955).

Interessava-o, sim, a missão providencial da nação portuguesa que abrangia as colónias. Por isso, defendia a integridade da pátria à qual Deus atribuíra um particular desígnio missionário. Retoma o tema camoniano «a Fé e o Império» e afirma as «três características essenciais» da «obra civilizadora» de Portugal: «heróica, universalista, católica» (*OP*, II, p. 239). A guerra é consequência.

É neste sentido que vai a nota pastoral de 13 de Janeiro de 1961, antes do começo das hostilidades em África, moderada, não belicista, mas suficiente para travar os militantes católicos que queriam julgar a situação colonial e o comportamento da tropa portuguesa segundo os critérios evangélicos (*OP*, VI, p. 387).

Cerejeira não autorizou a activação da Comissão Justiça e Paz por ser susceptível de criar dificuldades com o Estado. Ao invés de louvar a guerra, porém, limitou-se a condenar o pacifismo, que seria «demissão covarde de graves deveres», defendendo a «procura esforçada da paz verdadeira que assenta na verdade, na justiça, na caridade e na liberdade» (1 de Janeiro de 1968).

É esta condenação do pacifismo — e não mais — que lhe será pessoalmente assacada na carta aberta dirigida por Urias Simango (FRELIMO), Agostinho Neto (MPLA) e Amílcar Cabral (PAIGC) à conferência episcopal africana (5 de Julho de 1969, Campala).

Cerejeira tinha convocado Fátima e a Providência para evitar a entrada de Portugal na guerra civil de Espanha e na segunda guerra mundial. Esquece Fátima no caso de Goa e ambas no conflito africano. Porquê? Se nos situarmos — como o patriarca se situava — dentro da lógica da Providência, a omissão significa que ela não se terá manifestado no sentido da permanência de Portugal em África, o que teria pesado no espírito do patriarca.

Homem de uma época, Cerejeira teve de viver épocas opostas: coube-lhe aplicar em Portugal dois concílios do Vaticano, o primeiro, centralizador e transcendental, o segundo, descentralizador e imanentista. A sua religião era mais de redenção do que de encarnação, mais de transcendência do que de imanência (João António de Sousa), o que lhe dificultou os sérios esforços de integração na Igreja pós-conciliar.

A sua atitude em relação à política leva a marca indelével da lei da separação, que o tornara muito sensível a qualquer intromissão do laicismo estatal, mas, acrescida à origem minhota rural e a uma formação quase exclusivamente literária, o insensibilizara para a laicização inerente à sociedade urbana, burocrática, industrial e pós-industrial.

Personalidade atravessada por impulsos fortes e contraditórios — a acção e o pensamento, a grandiosidade e a humildade, o fulgor e o perdão, o poder e a renúncia —, Cerejeira foi encontrando sucessivos equilíbrios, quase sempre do lado do excesso, na militância católica, no aprofundamento do saber humanístico, na obediência ao papa, no exercício da autoridade, na identificação com a pátria, na ascese, na mística.

Foi em larga medida julgado pela sua atitude política, a qual, para ele, era apenas instrumental em relação aos fins da Igreja. Após o 25 de Abril de 1974, a imagem do chefe da Igreja que soube defender os direitos dela face ao Estado sobrepuja a do sustentáculo de uma ditadura, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, passa a ser visto como um homem que soube renunciar, e não como o vaidoso príncipe da Igreja. O tempo tem feito evoluir o julgamento dos homens sobre o cardeal Cerejeira.

#### BIBLIOGRAFIA

É muito vasta a bibliografia activa e passiva do cardeal Cerejeira, mas são escassas e mal exploradas as fontes arquivísticas e documentais. O patriarca tinha, aliás, a reputação — cuja verdade está por provar — de destruir documentação, pela qual parece certo que pouco se interessava. Além do que fica citado no texto, da sua autoria, são fundamentais as *Obras Pastorais* (Lisboa, 7 vols., vários anos); sobre ele, destaquemos o apologético mas informativo *Cardeal Cerejeira: O Homem e a Obra*, do P.<sup>c</sup> Moreira das Neves (Lisboa, 1988; lista das obras do patriarca e sobre ele), e o número de homenagem que lhe foi consagrado pela revista *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2.<sup>a</sup> série, 1990, t. II (no qual estão publicados os textos acima referidos pelos nomes dos autores e sem outra referência bibliográfica). Tem algum interesse o catálogo da «Exposição comemorativa do 1.<sup>o</sup> centenário do cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira», efectuada na Universidade Católica Portuguesa. Nenhuma destas obras supre, porém, a inexistência de uma boa biografia. A «Carta ao cardeal Cerejeira de 16 de Julho de 1968» de D. António Ferreira Gomes é interessante pelo texto e pelas introdução e notas de José Barreto (Lisboa, 1996). Será importante a consulta do arquivo de Salazar.